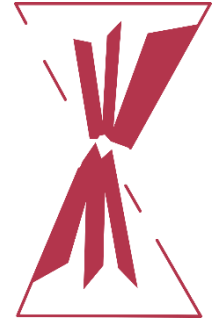



Libertando o Leviatã: o projeto social-liberal no pensamento de José Guilherme Merquior (1983-1990)

Freeing the Leviathan: the social-liberal project in the thoughts of José Guilherme Merquior (1983-1990)



BELLUZZO, João Victor Fidelis *

 <https://orcid.org/0009-0008-7301-7889>

RESUMO: O presente artigo tem por objetivo estudar como o sociólogo José Guilherme Merquior propôs um projeto político em resposta à crise do Estado brasileiro que ocupou o debate público ao longo da década de 1980. Para isso, empreendemos uma análise de suas obras e artigos publicados ao longo da década de 1980, utilizando o Contextualismo Linguístico como referencial teórico para a interpretação das fontes. Como conclusão, sustentamos que Merquior buscou desenvolver um projeto social-liberal que fosse capaz de compatibilizar a modernização econômica e burocrática e a redistribuição de renda, superando tanto as dicotomias presentes nos discursos eleitorais de 1989 quanto os grupos que disputavam uma nova hegemonia intelectual, a exemplo dos liberais conservadores e dos socialistas.

ABSTRACT: This article aims to examine how sociologist José Guilherme Merquior proposed a political project in response to the crisis of the Brazilian state, which dominated public debate throughout the 1980s. To achieve this, we analyzed his works and articles published throughout that decade, employing Linguistic Contextualism as a theoretical framework for interpreting sources. In conclusion, we argue that Merquior sought to develop a social-liberal project capable of reconciling economic and bureaucratic modernization with income redistribution. This approach aimed to transcend both the dichotomies present in the 1989 electoral discourses and the factions competing for new intellectual hegemony, such as the conservative liberals and socialists.

PALAVRAS-CHAVE: José Guilherme Merquior; Patrimonialismo; Liberalismo Social.

KEYWORDS: José Guilherme Merquior; Patrimonialism; Social Liberalism.

Recebido em: 31/07/2024
Aprovado em: 11/11/2024

* Mestre em História pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), Franca/SP. E-mail: jvbelluzzo@gmail.com.



Introdução

Ao referir-se ao período que abrange as décadas de 80 e 90, o diplomata Paulo Roberto de Almeida (2012) classificou-o como um “canteiro de obras” da Guerra Fria, devido ao caráter de incertezas, disputas e construções de uma nova ordem mundial. Estendendo esse estado de indefinições para a realidade brasileira, percebe-se uma dinâmica de disputas entre diversos grupos políticos a fim de se estabelecer uma nova hegemonia política e intelectual no período posterior à Ditadura Militar (1964-1985).

Lembrada sobretudo por seus fenômenos políticos e econômicos, a década de 80, no Brasil, também referida como década perdida, constituiu-se como um importante campo de debates entre distintos grupos.¹ Processos como a redemocratização e a abertura do mercado editorial brasileiro levaram intelectuais de distintas vertentes de pensamento a adentrar em um conjunto de debates no intuito de discutirem como seria o Brasil da Nova República. Nesse âmbito, diversos textos abrangendo questões como um novo modelo de Estado, o fim dos autoritarismos na América do Sul, bem como as relações entre democracia e socialismo ocuparam as páginas dos periódicos brasileiros (Chauí, 2007).

Nesse contexto, encontra-se a figura de José Guilherme Merquior (1941-1991). Diplomata, cientista político e sociólogo, o intelectual mostrou-se como uma das mais atuantes e polêmicas vozes nos periódicos da época, escrevendo para veículos como *Jornal do Brasil*, *O Estado de S. Paulo*, *Tempo Brasileiro*, *Lua Nova*, entre outros. Atuando nas áreas de Teoria e Crítica Literária, Relações Internacionais, Sociologia, Direito, Filosofia e História das Ideias, Merquior foi considerado por muitos como um polímata. Destarte, a despeito de ser lembrado sobretudo como o redator do discurso de posse de Fernando Collor, ao navegar entre diversas esferas das Ciências Humanas, Merquior nos deixou uma vasta obra acerca das mais distintas temáticas – da crítica à psicanálise à história do liberalismo.

¹ Cabe apontar que o conceito de década perdida foi construído, sobretudo, para realçar um processo de crise macroeconômica. Para Amaury Gremaud (1999), a denominação se fundamenta quando se compara o desempenho industrial dos anos 80 em relação à década de 1970, tendo aquele registrado processos de queda e estagnação entre 1980-1983 e 1987-1990. No entanto, com todas as limitações existentes, esse recorte temporal pode ser interpretado sob a ótica de uma pujança nas esferas de participação política, social e cultural da Sociedade Civil. Como mostra Jadir Peçanha Rostoldo (2003), o período foi marcado pela adoção de um regime democrático com presença do povo como agente histórico transformador, pelo engajamento em torno de uma Assembleia Constituinte, pela proliferação de movimentos sociais, bem como pelo aumento do interesse social pelas expressões culturais como meio de intervenção política, outrora visto como marginalizado. No presente artigo, optamos por manter a nomenclatura, pois o intelectual estudado dialoga em diversas ocasiões com a crise econômica, intervindo no contexto intelectual por meio de propostas de resolvê-la.

Entretanto, apesar da vastidão de temas abordados, a figura do escritor esteve marginalizada após a sua precoce morte em 1991. Ao longo dos anos 90 e 2000, a história intelectual brasileira reservou pouco espaço de interesse ao seu pensamento, restringindo-se a esparsos artigos de homenagem. Os trabalhos que se debruçaram sobre suas ideias começaram a aparecer com afinco apenas a partir da década de 2010, após a reedição de suas obras pela Editora É Realizações, em conjunto com a divulgação de documentos anteriormente desconhecidos, como manuscritos de livros e cartas pessoais. Dentre as produções que abordam as considerações merquioranas acerca da política e economia brasileira, destacam-se os trabalhos de Kaio Felipe Santos (2018), Fabiano Leal (2019) e Pierre Malbouisson (2022).

Diante do caráter multifacetado de sua obra, esta costuma ser dividida em alguns momentos específicos. Em entrevista a Marco Antonio Almeida (2015), o professor João Cezar de Castro Rocha segmentou-a em três períodos: um primeiro momento, restrito à década de 60, em que as suas preocupações se concentravam em temas estéticos; um segundo, iniciado nos anos 70, dedicando-se à temáticas que abordam a crise da cultura; por fim, o terceiro momento abrange os anos 80, dedicado aos tópicos associados ao seu pensamento político-econômico, sobretudo liberal.

Para o presente artigo, importa-nos o terceiro momento de sua produção, isto é, aquele em que o intelectual desenvolve um projeto político concreto. Segundo o próprio autor, até então, o seu “[...] trajeto ideológico foi passivamente errático até desaguar, nos anos oitenta, na prosa quarentona de um liberal neo-iluminista” (Merquior, 1990, p. 1). Entretanto, como destacou o pesquisador Kaio Felipe Santos (2018), o liberalismo propagado por Merquior não era idêntico aos neoliberalismos de sua época, tendo estes sido objetos de crítica por parte do autor, o que nos abre uma oportunidade de investigar as suas particularidades.

Desta maneira, o artigo tem como proposta analisar como José Guilherme Merquior formulou um projeto político social-liberal como resposta alternativa à crise do Estado brasileiro na década de 1980. Para a sua realização, utilizou-se como fontes de análise a obra *O Argumento Liberal* (1983), composta por textos publicados em periódicos como *Jornal do Brasil* e *O Estado de S. Paulo* entre 1981 e 1982; uma seleção de artigos redigidos por Merquior em sua coluna “A Vida das Ideias” e publicados no periódico *O Globo*, entre 1987 e 1990; e, por fim, iremos empreender uma análise de trechos da transcrição da última

conferência proferida pelo intelectual, que está presente na obra *Construtores da Nação* (2022), produzida pelo diplomata Paulo Roberto de Almeida.

Para a análise dessas fontes, adotaremos o Contextualismo Linguístico como referencial teórico e metodológico. Popularizado a partir dos historiadores Quentin Skinner e John Pocock, essa abordagem visa compreender as enunciações de determinado ator histórico como atos de fala, ou seja, categorias linguísticas proferidas por “[...] atores particulares, em resposta a conflitos também particulares, em contextos políticos específicos e no interior de linguagens próprias ao tempo de sua formulação” (Jasmin, 2005, p. 28). Nesse sentido, evitamos abordar as ideias de Merquior como categorias universais e atemporais, e sim como produtos históricos produzidos com intenções específicas dentro de seus contextos. Para isso, o estudo das maneiras pelas quais os conceitos operaram em seus escritos se mostra fundamental para enxergarmos como o intelectual buscava intervir naquele cenário de disputas e, conseqüentemente, legitimar um novo projeto de nação.

Desta forma, acreditamos que a concretização deste artigo possa auxiliar na compreensão de novas linguagens do pensamento político brasileiro. Considerando a vasta bibliografia existente sobre os fenômenos políticos e econômicos da chamada década perdida, um olhar sobre as ideias em disputa não apenas expande o espaço do pensamento de Merquior na história intelectual brasileira, mas também nos permite compreender o período como um mosaico de possibilidades ideológicas capaz de ser investigado tanto em seus significados da época quanto em apropriações futuras.

O esgrimista liberal contra o neopatrimonialismo brasileiro

Considerado pelo crítico Eduardo Portella como a “mais fascinante máquina de pensar do Brasil pós-modernista” (Portella *apud* Almeida, p. 230), José Guilherme Merquior foi uma das vozes mais atuantes nos debates da segunda metade do século XX. A sua atividade profissional iniciou-se na década de 60, abordando temas, sobretudo, literários. Dessa época, advêm as obras *Poesia do Brasil* (1963), *Razão do Poema* (1965) e *Arte e Sociedade em Marcuse, Adorno e Benjamin* (1969). Sem perder de vista o ofício diplomático, o intelectual exerceu atividades vinculadas ao Itamaraty em locais como Londres, Paris e Montevideú.

Desde cedo, a escrita do intelectual chamou a atenção devido à sua erudição e maturidade na organização das ideias e referências. Em conjunto à sua erudição, a escrita

merquiorana era marcada por uma profunda veia polemista e crítica. Por conta disso, em diversas ocasiões, desenvolveu debates com outros pensadores, a exemplo dos filósofos Marilena Chauí e Carlos Nelson Coutinho, do psicanalista Eduardo Mascarenhas e do economista Francisco de Oliveira. Diante desse caráter combativo, o historiador Enrique Krauze (1992, p. 38) denominou-o de “o esgrimista liberal”.

Em 1981, após exercer o ofício diplomático na embaixada do México, Merquior retornou ao Brasil após um convite para ingressar na equipe de conselheiros de Leitão de Abreu, então ministro da Casa Civil do governo Figueiredo (1979-1985). Ao chegar às terras brasileiras, publicou diversos artigos em notáveis periódicos, como *Jornal do Brasil*, *O Estado de S. Paulo* e *Tempo Brasileiro*.

Neste contexto, alimentadas pelas expectativas do fim da Ditadura Militar, novas discussões foram levantadas por intelectuais a fim de se debater como seria o Estado da Nova República. Segundo o sociólogo Brasílio Sallum Jr. (2003), entre 1930 e 1980, as instituições políticas e econômicas brasileiras se associaram em torno de um modelo de Estado denominado varguista. Assumindo a função de um Estado-empresário, este se formalizou como um núcleo centralizador que deixava pouco espaço para a organização autônoma dos diversos grupos sociais. Esse modelo visou fortalecer o capitalismo industrial brasileiro por meio da estratégia de substituição de importações, caracterizada por uma forte intervenção do Estado nos mercados. A partir da década de 70, a perda de apoio do governo Geisel por parte do empresariado começou a levantar um movimento de crítica às estruturas estatais, incluindo as suas dimensões econômicas e burocráticas (Codato, 1995).

Merquior adentrou ao debate portando-se como um defensor da tese de que o Brasil vivia sob estruturas políticas neopatrimonialistas. Apropriando-se de obras de autores como Simon Schwartzman e Raymundo Faoro, o intelectual construiu uma leitura social, política e econômica de um processo de transição entre o autoritarismo patrimonialista e a democracia liberal. Essa construção se deu, sobretudo, como uma resposta ao que compreendia ser a principal patologia das correntes críticas ao Estado brasileiro: as estadofobias. Estas consistiam em teorias que criticavam o aparato estatal de modo que a existência *per se* desse fosse a causa de uma exploração, tendo como solução a dissolução parcial ou completa de suas instituições (Belluzzo, 2023). Dito isto, é necessário compreender quais segmentos intelectuais eram considerados estadofóbicos por Merquior, de modo a nos encaminharmos para o seu diagnóstico e proposta de resolução.

Um dos grupos tidos como estadofóbicos pelo autor consistiu no que o intelectual denominou de liberais conservadores ou neoliberais. Estes, segundo a sua obra *O Argumento Liberal* (1983), eram influenciados, sobretudo, pelo economista austríaco Friedrich August von Hayek e acreditavam que o progresso da sociedade resultaria do conjunto de ações individuais não coordenadas por nenhum ente centralizador, o que implicava um Estado mínimo.² Segundo o autor,

No Brasil, de fato, a oposição ao autoritarismo tende a confundir autonomia da sociedade civil com liberalismo econômico absoluto. Conforme costume dizer, nossos neoliberais raciocinam como paleoliberais, saudosistas de uma ordem socioeconômica vitoriana, alheia ao princípio moderno da economia social do mercado e aos deveres do estado num país em desenvolvimento. [...] É imprescindível chegarmos, cedo ou tarde – e quanto mais cedo melhor – a um novo pacto entre estado e sociedade (Merquior, 2019, p. 209).

A não concretização desse pacto, segundo Merquior, levaria a manutenção de um Estado neopatrimonialista. Este, compreendido pelo intelectual como um aparato institucional marcado pela sobreposição entre a economia e a política, resultaria em dois vícios – o emboabismo e o petrograndismo – capazes de enfraquecer o produto econômico da sociedade e legitimar a manutenção de um Estado autoritário no Brasil.³ Concordando com Leal (2019), compreendemos que as duas situações devem ser interpretadas como críticas ao processo de modernização autoritária e conservadora ocorridas a partir da década de 1960. De mesma forma, esse processo fortaleceu uma estrutura de dependência clientelista entre os grupos políticos e econômicos, sendo necessário, portanto, a superação da estrutura patrimonialista com o fim de evitar a reprodução desse modelo de Estado.

Enquanto os neoliberais simbolizaram uma estadofobia à direita, os comunitaristas representaram a patologia à esquerda. Quanto a esses, Merquior os compreendia como intelectuais que enxergavam o Estado como um instrumento de opressão de classes, e eram

² Deve-se pontuar que o pensamento do economista austríaco estava em ascensão na intelectualidade brasileira no momento em que Merquior redigia os seus escritos políticos. Como mostrou Gabriel Onofre (2014), as ideias hayekianas eram difundidas majoritariamente pela *Revista Visão*, de propriedade do empresário Henry Maksoud. Ainda, este foi responsável por trazer o economista ao Brasil para proferir conferências em três ocasiões, recebendo grande cobertura da imprensa.

³ Na obra *O Argumento Liberal* (1983), o emboabismo foi descrito como uma situação de apropriação indevida dos frutos econômicos da sociedade civil pelo Estado, tendo este desenvolvido uma vasta estrutura intervencionista e burocrática. Por outro lado, o petrograndismo era compreendido por Merquior como a capacidade de os Estados controlarem de maneira crescente as instâncias privadas da sociedade por vias autoritárias.

influenciados por teorias neoanarquistas que, ao contrário do anarquismo tradicional, realizavam a “crítica do estado, a denúncia do poder [...] sem a correspondente parte construtiva” (Merquior, 2019, p. 93).

Como alternativa, o intelectual optou por substituir o diagnóstico de que os males do Estado brasileiro seriam produtos intrínsecos de sua existência por outro que os associava à captura de sua estrutura por grupos de pressão. Assim, desenvolvendo a sua crítica ao fenômeno neopatrimonialista, rejeitou perspectivas que atribuísse à existência do Estado os germes de uma crise, como afirma:

Ao contrário do que pretende a vulgata neoliberal e comunitarista, o problema político brasileiro não é nenhuma hipertrofia do Estado. É, isso sim, a persistência de formas patrimonialistas desse Estado. O mal não é o Estado em si, porém certas formas de apropriação do Estado (Merquior, 2019, p. 113).

Como solução à patologia estadofóbica, Merquior mostrou-se favorável a um modelo estatal fundamentado no social-liberalismo. Através da aplicação da síntese liberal democrática, um conjunto de teorias advindas das obras de Norberto Bobbio e Raymond Aron, o pensamento merquiorano defendia a união dos direitos civis (*droits-libertés*) aos políticos e sociais (*droits-créances*). Para isso, seria necessário o esforço conjunto entre democracia liberal, economia de mercado e atuação estatal na resolução dos déficits sociais em áreas como educação, moradia e saúde. Nesse sentido, o liberalismo social de Merquior buscou responder às demandas do Brasil aos fins da Ditadura Militar, com deficiências políticas, sociais e econômicas, levando o pesquisador Kaio Felipe Santos (2019, p. 270) a afirmar que a síntese defendida pelo intelectual permite-o “contrapor ao ‘hedonismo utilitário’ dos neoliberais um liberalismo democrático, apto a responder à altura aos desafios políticos decorrentes das transformações sociais das últimas décadas”.

Nesse sentido, compreendemos que, ao abordar o Estado como algo isento de um mal em si, Merquior redefiniu a corrente concepção segundo a qual a crise política brasileira derivava das intervenções estatais na sociedade. Essa redefinição se mostra importante na medida em que a linguagem utilizada pelos agentes históricos configura um meio de possibilitar a defesa de novas propostas e ações políticas.

Segundo John Pocock (2003), o contexto linguístico de uma época configura-se como um ambiente dinâmico de disputas em prol da formação de novas hegemonias e

paradigmas. Nesse, encontram-se presentes a ideia de *langue*, representando o idioma semântico corrente, enquanto a enunciação do intelectual se porta como uma *parole*, podendo interagir com aquela de maneira a reforçá-la ou alterá-la. Para o historiador,

Quanto mais complexo, e quanto mais contraditório o contexto linguístico em que ele se situa, mais ricos e mais ambivalentes serão os atos de fala que ele terá condições de emitir, e maior será a probabilidade de que esses atos atuem sobre o próprio contexto linguístico e induzam a modificações e transformações no interior dele (Pocock, 2003, p. 28).

Destarte, ao contrapor a *langue* estadofóbica à concepção de um Estado permeado pela lógica neopatrimonialista, o intelectual objetivou romper com o contexto linguístico dominante, criando novas possibilidades de intervenção na política brasileira. Sustentamos que, ao se distanciar do caráter intrinsecamente negativo da atuação estatal, Merquior tratou o poder como um fenômeno neutro, cuja validação e legitimidade são definidas pelas maneiras pelas quais esse é configurado nas instituições políticas. Como consequência, ao propor a síntese liberal democrática, o intelectual emite um ato de fala capaz de ampliar o vocabulário político, de modo a defender um conjunto de reformas empreendidas pelo Estado, capazes de solucionar a crise política e econômica sem abdicar do credo liberal.⁴

Além disso, deve-se deixar claro que as considerações feitas por Merquior acerca do processo de *state-building* nos primeiros anos da década de 80 consistem em artigos esparsos, não constituindo um sistema teórico unificado e coerente em todos os seus aspectos. Essa percepção torna-se importante para evitarmos o que Quentin Skinner (2001) denominou de mitologia da coerência, isto é, a exigência por uma compatibilidade interna em torno da obra de determinado autor. Caso contrário, a aceitação dessa tendência anacrônica impossibilitaria a compreensão das intenções específicas de Merquior, bem

⁴ Em determinados momentos, a concepção neutra e balanceada do Estado por parte de Merquior reflete uma filosofia política (portanto, normativa) distante do teor positivo e realista da Ciência Política. Esse caráter fez com que, posteriormente, o intelectual fosse criticado por autores neoliberais e conservadores brasileiros por sua suposta ingenuidade. Pode-se apontar o exemplo de José Osvaldo de Meira Penna, que, na obra *O Espírito das Revoluções* (1997), rejeitou o social-liberalismo merquiorano, afirmando que, nas sociedades capitalistas modernas, a pobreza que atinge parcelas da sociedade pode ser solucionada por meio de intervenções estatais pontuais (a exemplo de subsídios ou imposto de renda negativa), sem a necessidade de criação de uma ampla estrutura estatal burocrática. Mais recentemente, o intelectual conservador Martim Vasques da Cunha também criticou o papel do Estado no pensamento político de Merquior, visto como uma idealização alheia ao princípio expansionista das instituições públicas.

como das contradições que surgem em seus textos, o que ficará evidente nas suas considerações acerca do Estado produzidas nos anos finais da década de 1980.⁵

Dessa forma, compreende-se que, nos primeiros anos da década de 1980, a escrita política de José Guilherme Merquior dedicou-se à defesa do Liberalismo Social como possível solução para o fenômeno patrimonialista brasileiro. Diante de um cenário de disputas entre diversos grupos intelectuais, propomos a compreensão de seus textos como uma tentativa de competir para a instituição de uma nova hegemonia política no Brasil do fim da Ditadura Militar, substituindo o Estado autocrático e desenvolvimentista por um democrático que concilie uma economia liberal de mercado com uma forte atuação na resolução de questões sociais. Nos anos seguintes, Merquior deixou de lado o foco na temática da construção de um Estado, passando a se preocupar com temas relacionados à construção de uma nova nacionalidade brasileira, em virtude da eleição de Tancredo Neves. Contudo, após a posse de José Sarney, novas instabilidades foram percebidas nas estruturas política e econômica, trazendo à tona um novo debate acerca da reforma do Estado brasileiro.

O Leviatã retorna ao debate

Nos anos finais da década de 1980, sob a égide de uma nova constituição e de um crescente processo inflacionário, a temática de uma reformulação nas estruturas estatais voltou ao debate público. Nesse momento, diversos intelectuais e *policy-makers* empreenderam uma série de debates a fim de se discutir os motivos que levaram as instituições públicas a uma percepção de saturação, bem como as suas possíveis soluções.

Seguindo a análise empreendida por Sallum (2003), a crise começou a se mostrar evidente no início dos anos 80. Nesse momento, uma série de fatores domésticos e internacionais potencializaram a percepção de que o Estado brasileiro precisava de uma

⁵ Como está em Belluzzo (2023), exemplo notável dessa ausência de coerência interna na obra merquiorana se reflete nos usos que o autor faz do termo neoliberal. Nos textos presentes na obra *O Argumento Liberal* (1983), o termo é utilizado para se referir a intelectuais que nutriam uma visão passadista das estruturas econômicas e políticas, portando-se como defensores de um Estado “guarda-noturno”, responsável por garantir direitos de propriedade, assegurar o livre mercado e realizar intervenções pontuais. Já em artigos publicados em 1987, Merquior redefine essa noção, utilizando o neoliberalismo como uma denominação para as novas correntes que se intitulavam como liberais, além de retirar o caráter passadista dos grupos criticados nos primeiros anos da década. Nesse caso, o pressuposto de uma coerência impede a compreensão plena das categorias teóricas internas da obra do intelectual, o que Skinner (2001) denomina de textualismo, bem como das intenções políticas de seu texto em um contexto amplo.

reconfiguração de suas políticas, abarcando fenômenos econômicos, políticos e ideológicos. Na dimensão econômica, chama-se atenção para a impossibilidade de o Brasil fazer frente à sua dívida externa, levando a um processo de moratória em 1987. Ainda, soma-se a redução dos empréstimos financeiros advindos do México diante da declaração de moratória deste. No âmbito ideológico, percebe-se uma mudança de paradigma no pensamento econômico – sobretudo anglo-saxão, influenciando os economistas nacionais. Nesta alteração, o keynesianismo e suas vertentes viram o seu protagonismo ser reduzido e substituído por outras correntes, a exemplo do monetarismo advindo da Escola de Chicago.⁶ Politicamente, o processo de liberalização política iniciado por Ernesto Geisel e Golbery Couto e Silva em 1974, desenhado de maneira *top-down*, sofria uma série de instabilidades diante da crescente participação e mobilização de setores da sociedade civil. Sobre isso, Sallum (2003, p. 36) afirma que

A partir de 1970, os alicerces politicamente excludentes do regime militar e do velho Estado varguista foram abalados por um vigoroso processo de democratização política. As classes populares tornaram-se politicamente muito mais autônomas e tentaram partilhar valores materiais e não-materiais que antes eram exclusivos das classes média e alta. Por meio das eleições, das atividades de novas associações civis ou da renovação da atuação de velhas associações, as classes populares, parte das classes médias e, até mesmo, alguns setores empresariais passaram a pôr em xeque a capacidade de o Estado controlar, como antes, a sociedade.

Em conjunto com a crescente mobilização popular, o tradicional diagnóstico patrimonialista voltou à tona, este aparecendo sob o nome de cartorialismo.⁷ O sociólogo Sérgio Abranches (1991), por exemplo, chegou a afirmar que, no Brasil, Estado, mercado e sistema político não haviam se modernizado, estando presos a uma lógica paternalista e cartorial.

Tendo isto em vista, a reforma do Estado brasileiro se tornou uma das principais pautas discutidas aos fins da década perdida. Entretanto, as soluções elencadas pelos

⁶ Como ressaltou Thomas Skidmore (1988), o conflito entre as correntes de pensamento econômico liberais e desenvolvimentistas fica explícito na composição do governo de Tancredo Neves. Nesse, o Ministério do Planejamento foi ocupado por João Sayad, um adepto do pensamento keynesiano, e Francisco Dornelles, entusiasta da ortodoxia monetarista.

⁷ O termo cartorialismo já havia circulado nas discussões acerca do Estado brasileiro ao longo dos anos 50. Um dos textos mais conhecidos que fizeram uso do conceito consiste na obra *O nacionalismo na atualidade brasileira*, lançada em 1958 pelo advogado Hélio Jaguaribe, por quem Merquior nutria admiração, tendo utilizado de seus escritos em diversas ocasiões.

intelectuais e *policy-makers* que adentravam ao debate nem sempre coincidiam, fazendo do tema um objeto de disputa ideológica. Sobre isso, Abranches afirma que

A análise do papel que caberia ao Estado e, conseqüentemente, à sugestão de medidas concretas para sua reforma dependem da formulação clara das premissas e dos princípios que as orientaram. Evidentemente, tanto a definição das funções legítimas do Estado quanto a adoção de critérios para adaptá-lo ao exercício delas e garantir seu desempenho variarão significativamente, dependendo da posição conceitual e doutrinária que se adote (Abranches, 1991, p. 56).

Nesse sentido, adaptando-se às críticas ao cartorialismo, as intervenções de Merquior surgem como uma tentativa de associar o processo de modernização estatal à retomada do pensamento social-liberal. Para o intelectual, o aparato estatal brasileiro consistia em

[...] um velho Estado patrimonial protecionista, cheio de reflexos lentos e resíduos perniciosos. Estado paternalista, isto é, cartorial. Estado incapaz de assegurar o ensino básico, nem no acesso nem na saída. Ou de prover saúde, ou profilaxia, em escala satisfatória. Ou de franquear a máquina da Justiça ao pobre. Mas perfeitamente capaz de garantir a sobrevivência duma custosa legião burocrática (Merquior, 1989, p. 9).

A partir disso, compreende-se que a crítica formulada por Merquior caminhava em direção àquelas produzidas por Abranches, isto é, na denúncia do fenômeno patrimonialista, representando uma continuidade dos escritos produzidos no início dos anos 80. Como afirmou Leal (2019), nos anos finais da década perdida, a adesão do intelectual às críticas ao patrimonialismo veio da leitura de autores como Richard Morse, Simon Schwartzman, Raymundo Faoro, Claudio Veliz e Octávio Paz.⁸

Utilizando-se dos autores mencionados, Merquior retomou a sua compreensão do fenômeno patrimonialista para caracterizar o Estado cartorial. Este, segundo o intelectual, era marcado por dois aspectos: a ausência de fronteiras entre as dimensões pública e

⁸ A influência de Paz nos escritos de Merquior já vinham desde os fins da década de 1970. Como lembra Leal (2019), no prefácio da obra *Rousseau and Weber* (1980), Merquior utilizou-se do livro *O Ogro Filantrópico*, lançado por Paz, para discutir o particularismo histórico dos territórios ibéricos, bem como de suas colônias. Ainda, no artigo “O Arcaísmo Estatal”, este defendeu que, enquanto os Estados não hispânicos haviam vivenciado uma transição do feudalismo para o Estado liberal (por meio das revoluções burguesas), os territórios pertencentes aos impérios espanhol e português passaram de um patrimonialismo tradicional a um neopatrimonialismo.

privada, bem como a interpenetração entre a economia e a política. Daí a sua caracterização do aparato estatal brasileiro como sendo patrimonial protecionista. Neste, as estruturas políticas se veem cooptadas por grupos de pressão variados, a exemplo do alto escalão do funcionalismo público, empresários, militares, sindicatos, dentre outros. Conseqüentemente, ao capturar as estruturas públicas, a esfera do mercado se via prejudicada em prol dos benefícios privados reivindicados por cada grupo. Esse fenômeno se mostrava evidente no setor público, quando Merquior afirmou que “enquanto os professores morrem de fome, as estatais pululam de minimarajás” (Merquior, 1989, p. 9).

Comprendemos que, para além das leituras destacadas, o tratamento mais técnico dado à temática do Estado, em comparação com os primeiros escritos da década, deve-se ao desejo do intelectual em intervir cada vez mais na política brasileira. Esse desejo, segundo João Cezar de Castro Rocha (2015), sugere que Merquior não se contentava mais em ser um homem dedicado puramente às ideias, mas comprometido com a aplicação prática de um projeto político. Desde meados de 1986, o autor demonstrou um crescente interesse pelos acontecimentos diretamente associados à vida política no Brasil, enviando cartas aos colegas congressistas, bem como tratando em diversas ocasiões acerca de partidos e de seus principais membros (Pereira, 2003).

Um exemplo notável e útil para a compreensão das considerações do intelectual acerca da crise estatal consiste no artigo “Brazil's New Republic: The Social-Liberal Path” (1987), publicado no *Bulletin of Latin American Research*, quando alega a sua filiação a uma perspectiva reformista moderada de centro-esquerda. Para isso, buscou se apoiar em agremiações como o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e o Partido da Frente Liberal (PFL), cuja heterogeneidade interna poderia levar a uma aproximação com ideais semelhantes aos do Partido Democrata da época de Roosevelt, levando a cabo um projeto social-democrata. Essa centro-esquerda era, contudo, vista como distinta das ideologias propostas por outras agremiações, a exemplo do “socialismo moreno” do Partido Democrático Trabalhista (PDT) e do radicalismo anticapitalista do Partido dos Trabalhadores (PT).⁹ Ainda, nutria certo distanciamento em relação ao que considerava como a Nova

⁹ No contexto político brasileiro, a expressão “socialismo moreno” foi utilizada pelo sociólogo Darcy Ribeiro para designar o recém reformado movimento trabalhista. Segundo João Trajano Sento-Sé (2004), o novo trabalhismo, institucionalizando-se a partir do Partido Democrático Trabalhista (PDT), deveria seguir o princípio filosófico do socialismo europeu, porém, sem perder de vista o processo de instauração de uma democracia

Direita Brasileira, representada, sobretudo, pelo Partido Democrático Social (PDS). Para ele, essa agremiação era vista como defensora de políticas econômicas de estilo liberal-conservador, aos moldes daquelas praticadas por governantes anglo-saxões, a exemplo de Ronald Reagan e Margaret Thatcher (Merquior, 1987).

Tais filiações teóricas e político-partidárias nos levam a localizar o diagnóstico merquiorano no contexto intelectual e político brasileiro. Ao redigir as considerações normativas para a superação do caráter protecionista e cartorialista do Estado brasileiro, Merquior tinha a intenção de apresentar uma leitura alternativa às correntes em disputa. Entre as opções mapeadas, estavam os chamados anarquistas de direita, vistos como indivíduos que supervalorizavam o lucro, levando à defesa estadofóbica de um Estado enxuto e ausente de uma estrutura de seguridade social.

Por outro lado, encontravam-se os defensores do discurso desenvolvimentista-distributivista. Majoritariamente atrelados PT, os seus defensores compartilhavam da crença de que a crise estatal provinha da crise do próprio sistema capitalista liberal. Como solução, os seus representantes defendiam um modelo estatal interventor com o objetivo da restrição do lucro, compreendido como um mecanismo de exploração. Na concepção merquiorana, essa visão mostrava-se como estadolatra e economicida (Merquior *apud* Belluzzo, 2023, p. 80), podendo levar o Brasil a se afastar da economia-mundo capitalista.

Como solução alternativa, o intelectual propôs um amplo processo reformista no Estado brasileiro. Como um meio de propiciar melhorias sociais, o reformismo defendido intencionava refuncionalizar a máquina pública dentro de uma nova perspectiva capitalista, como está em:

[...] um capitalismo avançado depende, em larga medida, de índices sociais que excluem, por definição, a penúria e a marginalidade de grandes contingentes de população. A Reforma do Estado é a via para realizar entre nós essa interdependência: a modernização irreversível da nossa economia e o resgate da enorme e vergonhosa dívida histórica brasileira (Merquior *apud* Belluzzo, 2023, p. 81).

representativa pelo qual o Brasil passava. Essa preocupação com o caráter local verbalizou-se no adjetivo “moreno”, representante da mestiçagem característica da sociedade brasileira.

Para Merquior, a reforma das instituições estatais levaria à construção de um Estado forte. Este, contudo, não deve ser compreendido como um aparato autocrático, mas, sim, como aquele que detém uma grande capacidade de arrecadação fiscal, permitindo-lhe empreender uma oferta sólida de serviços públicos e hábil a atuar como um árbitro entre os conflitos sociais da sociedade industrial moderna. Dessa maneira, as estruturas públicas conseguiriam desfazer as amarras cartorialistas que cooptavam a máquina pública em prol de interesses privados e concentrados:

[...] basta de chamar de Estado forte o Estado fracativo que se deixa colonizar por vários privilégios cartoriais gargarejando retóricas nacional-sociais. Este não é senão um Estado fraco, marionete patrimonial de interesses particularistas, corroído na sua autoridade por pressões e contrapressões que ele nunca termina de contentar ou controlar (Merquior *apud* Belluzzo, 2023, p. 81).

Portanto, percebe-se que, nos anos finais da década de 80, a temática da crise do Estado retornou ao debate público. Como uma continuidade de seus escritos iniciais, Merquior adentrou à discussão reafirmando a proposta social-liberal como um meio de se solucionar as instabilidades, vistas pelo intelectual como produtos de uma estrutura cartorialista. Entretanto, é interessante notar que, diferente dos escritos redigidos nos primeiros anos da década, os artigos produzidos nos anos finais do período demonstram uma preocupação mais direta de Merquior com a realidade brasileira, utilizando-se de detalhes mais técnicos na formulação de seu projeto.

As eleições de 1989: modernizar ou redistribuir?

Até o momento, foi visto que a reforma do Estado brasileiro constituiu um importante tema de debate na segunda metade da década perdida. Entretanto, tais discussões não se viram restritas aos ambientes acadêmicos. Ao contrário, o debate caminhou em consonância com o processo eleitoral de 1989, fazendo com que projetos políticos que propusessem modelos estatais distintos entrassem em conflito e ocupassem os discursos eleitorais da primeira disputa presidencial direta após o fim da Ditadura Militar (1964-1985). Desse modo, a análise dos escritos de Merquior não deve ser dissociada das disputas eleitorais, mas como uma maneira de intervir na opinião pública acerca dos candidatos disponíveis. Dito isto, é necessário estabelecer um pano de fundo para a

compreensão das eleições, de modo a dar sustentação para a força dos discursos no imaginário brasileiro da época.

O ano de 1989 é visto como simbólico para a história contemporânea. Em conjunto com as comemorações do bicentenário da Revolução Francesa, a Europa assistia a crise do socialismo soviético. Rompendo com o caráter centralizador de Leonid Brejnev, o secretário-geral soviético Mikhail Gorbachev assumiu o poder com a intenção de empreender uma maior aproximação entre o leste europeu e o ocidente capitalista. Para isso, foram realizadas reformas modernizantes no bloco, a exemplo da *glasnost*, um projeto que estimulava a transparência política e o debate público, e a *perestroika*, um programa econômico liberalizante. No mesmo período, diversos Estados satélites da União Soviética – a exemplo da Polônia e da Hungria – realizaram processos separatistas em relação ao bloco, desencadeando o Outono das Nações (Judt, 2005). Na opinião pública, essas transformações foram vistas como uma representação da superioridade do capitalismo frente ao socialismo. Como consequência, tornava-se cada vez mais hegemônica a percepção de uma expansão capitalista em direção aos países periféricos (Sallum Junior, 2011).

No âmbito doméstico, as dificuldades econômicas e políticas se aglutinaram. Entre 1986 e 1988, o governo de José Sarney teve de lidar com uma crescente dívida externa e um processo de hiperinflação. Ao longo desse período, foram realizadas três tentativas de conter a desvalorização da moeda, contudo, sem sucesso. Em janeiro de 1989, fundamentado em princípios econômicos distintos, foi lançado o Plano Verão, que recebeu relativo êxito inicial, mas, ao longo dos meses seguintes, acabou por perder força e acarretar uma taxa inflacionária de 80% no início de 1990 (Castro, 2016). A incapacidade dos planos em resolver o crescente processo inflacionário somou-se às acusações de improbidade administrativa, levando Sarney a uma perda exponencial de apoio político e popular (Ferreira, 2018).

Esse cenário de instabilidades e mudanças compôs o palco em que os atores políticos disputaram os seus distintos projetos no processo eleitoral de 1989. Este, como um reflexo da legislação partidária aprovada no ano anterior, representou um ideal de liberdade política ao registrar 22 candidaturas pertencentes a campos ideológicos diversos (Belluzzo, 2023). Entre elas, estavam Leonel Brizola, Luiz Inácio Lula da Silva, Fernando Collor de Mello, Guilherme Afif e Paulo Maluf.

Segundo Brasília Sallum Júnior (2018), a principal disputa intelectual em jogo consistia na escolha de um novo modelo econômico para se seguir. Entre as opções mais difundidas, estavam um modelo de desenvolvimento distributivista, um de orientação neoliberal e um terceiro, consistindo em um projeto de integração competitiva. Enquanto o primeiro enfatizava a atuação do Estado na indução do desenvolvimento econômico, recebendo apoio de partidos como PDT, PT e setores do PMDB, os demais cediam um maior espaço à iniciativa privada, sendo apropriados por programas de agremiações como PRN, PL e PSD. Entretanto, como observa o sociólogo, a terceira opção se diferenciava do modelo neoliberal por ceder um papel estatal na promoção de determinadas políticas industriais que levassem a economia brasileira a um cenário de maior competitividade externa.

O primeiro turno foi marcado por um intenso *marketing* político nos meios de comunicação, com ênfase na televisão. Dentre os candidatos vinculados às direitas, ganhou destaque a figura de Fernando Collor de Mello. Advindo do Alagoas, o político do PRN adotava discursos que iam ao encontro dos temas que possuíam grande circulação na mídia, como a necessidade de uma reforma do Estado, o combate à corrupção e a superioridade da economia liberal.¹⁰ Além disso, Collor ganhou o afeto de setores das classes populares ao unir ao seu discurso a defesa dos descamisados, isto é, membros de grupos minoritários de baixa renda (Freire, 2018). Entre os candidatos das esquerdas, houve uma disputa interna entre Luiz Inácio Lula da Silva, do PT, e Leonel Brizola, do PDT. Ambos foram responsáveis por concretizar uma posição associada à defesa das classes trabalhadoras e ao modelo desenvolvimentista distributivista, baseado na intervenção do Estado nos mercados.¹¹ Por fim, no dia 15 de novembro, concluía-se o primeiro momento das eleições, resultando na vitória de Fernando Collor e Luiz Inácio Lula da Silva.

Já o segundo turno se caracterizou por uma polarização ideológica entre diversos setores da sociedade. Nesse momento, como mostrou Carvalho e Freire (2018), a imagem política de Collor foi construída de modo a associá-lo a um ideal de modernização, implicando em uma retórica oposta a políticas e discursos que remetessem ao ideal

¹⁰ Quanto à temática de superioridade do capitalismo liberal, o professor Francisco Fonseca argumenta que, entre 1985 e 1992, periódicos como *O Globo*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo* construíram uma espécie de consenso ultraliberal.

¹¹ Deve-se compreender que os discursos de teor social se localizam em um processo eleitoral ocorrido no ano seguinte à promulgação da Constituição de 1988. Esta, batizada de Constituição Cidadã, foi responsável por instituir legalmente um conjunto de responsabilidades estatais sobre variadas demandas sociais, a exemplo da instituição de saúde e educação públicas. Portanto, torna-se impossível não dialogar com pautas associadas aos grupos minoritários da sociedade.

socialista. Consequentemente, ao referir-se ao oponente Lula, o político alagoano buscava associá-lo às práticas estatistas e socialistas, compreendidas como superadas e ineficientes. Em oposição, o candidato do Partido dos Trabalhadores, de encontro à defesa liberal de Collor, procurou fortalecer um discurso desenvolvimentista-distributivista, enfatizando o papel ativo do Estado na condução econômica da sociedade e na distribuição de renda. Diante dessas temáticas, estabeleceu-se um dilema entre aqueles que defendiam a modernização do Estado, associados à Collor, e aqueles que se filiavam a uma preocupação redistributiva, associados a Lula.

Diante disso, o ideal de modernização na linguagem política corrente se viu associado à aceção de uma economia aberta e antissocialista. No entanto, as intervenções de Merquior buscaram rearranjar essa associação, redefinindo a noção do que deveria ser compreendido como um processo modernizante no Brasil. Apesar de ser favorável aos ideais próximos àqueles propagados por Collor, o intelectual discordava da corrente dicotomia dos discursos. Segundo Monica Piccolo Almeida (2008), para Merquior, os elementos que compunham a divergência (modernização e distribuição de renda) não eram opostos, mas complementares. Nesse sentido, Merquior acreditava que uma redistribuição de renda mais eficiente deveria vir acompanhada por um processo reformista e modernizante das estruturas estatais, como fica exposto em:

Ambs os problemas representam carências muito reais; e ambos constituem fenômenos lógica e factualmente distintos. Entretanto, distinção não significa necessariamente disjunção. Ao contrário, no que parece possível demonstrar que o próprio êxito na luta contra a desigualdade passa pela reforma do Estado (Merquior, 1989, p. 7).

Essa posição conciliatória é desenvolvida em artigos redigidos ao longo de dezembro de 1989, ou seja, no mês de votação do segundo turno. O primeiro deles, denominado “Cinco Males Nacionais”, publicado em 3 de dezembro, destacava o que Merquior considerava ser os principais problemas estruturais brasileiros. Entre eles, estavam a deficitária desigualdade de renda; o foco excessivo em políticas urbanas, marginalizando uma política agrícola diversificada; uma estrutura fiscal marcada por impostos indiretos e em cascata; uma forte cultura inflacionária alimentada por falta de arrecadação pública e por um déficit cívico; e, por fim, uma visão equivocada do papel do Estado. Como solução, o

autor chamava a atenção para a necessidade de uma reforma tributária progressiva e de uma reforma administrativa visando a redução dos privilégios de setores do funcionalismo público.

Já no dia 10 de dezembro, a sete dias dos resultados do segundo turno, o intelectual publicou o texto “Uma falsa opção”. O seu conteúdo continha propostas de medidas necessárias para que o Estado brasileiro conseguisse se modernizar fiscalmente e, conseqüentemente, propiciar um processo de distribuição de renda mais igualitário, bem como a realização de programas sociais nas áreas de moradia, saúde e educação. Para Merquior, inicialmente, as políticas públicas deveriam privilegiar a redução da inflação, vista na época como causada por um descontrole das contas públicas. Para isso, seria necessária a realização de uma reforma fiscal e patrimonial, de modo a elevar a arrecadação do governo. Sobre essa posição pragmática de conciliar a reforma do Estado à melhoria da distribuição de renda, o autor afirma que

Emagrecer o Estado – o que não significa, ao contrário do que pretende o liberalismo conservador, aboli-lo, ou reduzi-lo a mero gendarme – é um imperativo atualmente embutido na própria exigência das reformas de estrutura sugeridas pelo diagnóstico das nossas taras sociais. Pois somente o emagrecimento do Estado permitirá a redefinição de suas funções, em favor do social e do planejamento sem estatismo (Merquior *apud* Almeida, 2008, p. 6).

Nesse sentido, os escritos merquioranos renovaram no debate público do momento das eleições a compreensão do que se entendia por modernização. A rejeição da corrente dicotomia ampliava o leque de possibilidades à medida em que conciliava a defesa de uma economia aberta com as reformas sociais. Como afirmou Skinner (2001, p. 86), “o que é possível fazer em política é geralmente limitado pelo que é possível legitimar”. Desse modo, a definição de uma linguagem política sólida tornou-se o principal meio de Merquior para a defesa de seu projeto.

Essa perspectiva ia de encontro a projetos político-econômicos alternativos que estavam em circulação no debate público. Entre aqueles mapeados pelo intelectual, estavam os teóricos que interpretavam o bem estar social como um produto do crescimento econômico, sendo necessário delegar a um *laissez faire* aos moldes vitorianos a responsabilidade por uma melhor distribuição de renda, sem estabelecer uma rede de seguridade social. Do mesmo modo, Merquior rejeitou o já mencionado diagnóstico

desenvolvimentista distributivista, visto pelo intelectual como alheia a uma preocupação com a economia de mercado. Portanto, o pensamento merquiorano ao longo das eleições reiterou a preocupação em unir a defesa da economia de mercado com a atuação do Estado na dimensão social, fornecendo serviços como saúde, educação, moradia e bem-estar material.

Na semana seguinte à publicação, as eleições presidenciais chegaram ao fim com a vitória de Fernando Collor de Mello. Entretanto, com a vitória do alagoano, surgem debates acadêmicos que se dedicaram a estudar os resultados do pleito e as expectativas para o futuro do país (Carvalho; Freire, 2018).

Diante disso, acreditamos que a figura de Merquior seja fundamental para a compreensão de parte desse questionamento, isto é, quanto à formulação de uma legitimidade ideológica do governo Collor. Por meio de relatos de pessoas próximas ao intelectual e ao político alagoano, percebe-se que, meses após as eleições, o governo recém-eleito começou a formalizar um programa político fundamentado no liberalismo social merquiorano. De acordo com Mario Sergio Conti (1999), em fevereiro de 1990, Collor viajou para Paris, local em que Merquior exercia o ofício de embaixador do Brasil pela Unesco. Na ocasião do encontro entre as duas figuras, deu-se o seguinte diálogo:

- Não sei se cumprimento o senhor pela vitória ou dou os pêsames — disse o diplomata.
- Por quê? — perguntou o presidente.
- Porque o senhor tem contra si as elites, os políticos, os sindicalistas, a Igreja, o funcionalismo, os militares, toda a sociedade organizada.
- E o que eu deveria fazer?
- O senhor precisaria construir pontes em direção a essas instituições, e acho que deveria começar pelos militares.
- Embaixador, preciso de uma base ideológica. Falam que eu sou de direita, e para mim a direita é o Delfim Netto e o Roberto Campos. O senhor me vê como um político de direita?
- Não. Eu o vejo como um socialista liberal.
- Mas não há uma contradição entre socialismo e liberalismo?
- Não. O Norberto Bobbio usa e defende essa classificação — disse o diplomata, apoiando-se nas teorias do cientista político italiano (Conti, 1999, p. 332).

Os contatos entre Merquior e Collor prosseguiram nos meses seguintes ao diálogo. Como afirmou José Mário Pereira (2003), o intelectual revelou-lhe em fevereiro de 1990 que o recém eleito presidente havia lhe cedido uma sala no Palácio do Planalto para que

escrevesse o seu discurso na cerimônia de posse, marcada para o dia 15 de março. Posteriormente publicado sob o nome “O Projeto de Reconstrução Nacional”, o discurso lido por Collor, escrito majoritariamente por Merquior, destaca pontos que o intelectual havia discutido em suas colunas nos meses anteriores, a exemplo do combate à inflação, da redução das desigualdades por meio da liberdade econômica e de políticas distributivas, da rejeição de um Estado-empresário, além da necessidade de uma reforma do Estado (Casarões, 2016).

Um dos últimos contatos entre as duas figuras deu-se em outubro de 1990. Em Paris, o intelectual e o político se encontraram para discutir a respeito da criação de um partido político social-liberal, o Partido Social Liberal (PSOL). As orientações ideológicas gerais ficaram a cargo de Merquior, que redigiu um documento denominado “Uma proposta social-liberal”, publicado em dezembro do ano seguinte. Entretanto, Merquior não deu continuidade à concretização da agremiação, pois havia descoberto um câncer de intestino, que lhe vitimou em janeiro de 1991, o que iria contribuir indiretamente para as instabilidades da imagem de Collor (Vaia, 2016).

Portanto, percebe-se que, a partir das eleições de 1989, Merquior nutriu uma esperança de concretizar um projeto político de índole social-liberal na figura de Fernando Collor. Como visto, essa proposta se deu em meio a um debate que visava propor maneiras de reformular o Estado brasileiro, visto como centro de uma crise cartorialista. Desse modo, a compreensão da opção merquiorana pelo liberalismo social deve vir acompanhada de análises que englobam os contextos intelectual e linguístico da época, de modo a enxergar os textos do intelectual como resposta a outros grupos que disputavam a hegemonia ideológica no Brasil, a exemplo dos neoliberais e dos adeptos ao distributivismo desenvolvimentista.

Estado Dux – um projeto de longa duração

Até o momento, foi visto que Merquior formulou um projeto social-liberal que respondesse aos desafios impostos pela crise do Estado brasileiro da década de 80. Entretanto, a construção da legitimidade de sua proposta ainda se deu a partir de uma perspectiva de longa duração, fazendo com que o Liberalismo Social fosse a resposta para patologias não apenas restritas à década perdida, mas existentes desde o momento da independência.

A exposição dessa justificativa deu-se em 17 de dezembro de 1990, consistindo na última conferência proferida por Merquior antes de seu falecimento, que viria a ocorrer três semanas depois. Na ocasião, realizava-se no Centre de Recherches sur le Brésil Colonial et Contemporain um conjunto de palestras acerca da comemoração dos cem anos da República brasileira. Recordando-se do evento, o diplomata Rubens Ricupero (1993, p. 19) afirma que Merquior

[...] estava devastado pela doença; sua cor, seu olhar, seus traços faciais, sua extrema fragilidade e magreza pareciam de alguém que tivesse retornado do mundo dos mortos. No entanto, quando começou a falar, sem texto escrito, sem notas, num francês límpido como água de fonte, o auditório se desligou do drama a que assistia. Durante quase uma hora, acompanhamos como a História do Brasil se renovava sob os nossos olhos através da sucessão e do entrelaçamento de diversos projetos que os brasileiros sonharam para o Brasil, desde a independência.

Assim, o autor proferiu a conferência “Brésil: cent ans de bilan historique”, posteriormente publicada nos *Couleurs du Brésil Contemporain*. A exposição iniciou-se com a reiteração da tese de que o Brasil estava marcado, desde o seu período colonial, por um regime senhorial. Em seguida, o intelectual expôs um conjunto de projetos de nação ao longo da história brasileira, sendo necessária uma revisão destes para a compreensão da formulação do intelectual.

O primeiro projeto abordado consiste no chamado Projeto Andrada, elaborado por José Bonifácio de Andrada e Silva, um dos principais articuladores do processo independentista de 1822, e continuado por D. Pedro I. Nele, o Estado se organizava por meio de um Poder Executivo robusto, pela existência do Poder Moderador, por uma grande quantidade de mão de obra imigrante e pelo fornecimento de crédito para o desenvolvimento produtivo do território.

Contudo, como Merquior afirmou, o projeto elaborado por José Bonifácio não era adotado pelas elites da época, levando à aplicação de uma proposta alternativa: o Projeto Liberal Oligárquico. Justificado a partir da manutenção dos preços dos produtos agrários, a oligarquia rural do Império pressionou pela abdicação de D. Pedro I, levando a um sistema que estabelecia as “raízes da desigualdade” (Merquior *apud* Almeida, 2022, p. 243).

O terceiro projeto localiza-se no período da Primeira República (1889-1930) e consiste em uma proposta jacobina positivista. Seu principal idealizador, Benjamin Constant,

pregava a centralidade da figura do soldado – cidadão, em oposição ao cidadão – soldado abordado por autores da Idade Moderna, a exemplo de Nicolau Maquiavel (Merquior, 2001). Contudo, o jacobinismo positivista de Constant chocou-se com a democracia liberal oligárquica dos fazendeiros, que se apropriaram das estruturas republicanas a partir de 1894.

A partir desse momento, deu-se início à República dos Conselheiros, marcada por seu caráter oligárquico e elitista. Caracterizando-se pela descentralização política que dava poder ora a São Paulo, ora a Minas Gerais, Merquior interpretou o período como aquele em que o domínio senhorial se deu de maneira mais direta sobre as estruturas políticas e econômicas do território.

A ruptura com o Império dos Fazendeiros, expressão utilizada por Sérgio Buarque de Holanda e apropriada por Merquior para se referir ao período anterior, deu-se com a Era Vargas (1930-1945). Para o intelectual, o período governado por Getúlio Vargas desenvolveu-se de maneira análoga ao Segundo Império francês, liderado por Napoleão III. Dessa maneira, o projeto varguista caracterizou-se, sobretudo, pela expansão do Estado no quesito burocrático e econômico. Como afirma o autor,

[...] os poderes do Estado se tornaram, por fim, tentaculares do ponto de vista do controle burocrático. Há o início da industrialização, e esforços – na altura do fim de seu consulado – de industrialização, em que certas preocupações sociais existiam – é preciso admiti-lo, desde o início – e que eram mais ou menos um denominador comum entre os “tenentes” e os liberais mais à esquerda da Revolução de 30. Tendes aí três traços que muito relembram Napoleão 3º, que é, aliás, hoje em dia, uma figura política que se procura reavaliar... já não se vê de Napoleão 3º apenas a figura que dele fez Victor Hugo, vê-se-o como um bom saint-simoniano, é certo que autoritário, mas cujas preocupações sociais e modernizadoras eram, ainda assim, reais (Merquior *apud* Almeida, 2022, p. 244).

Prosseguindo a leitura histórica merquiorana, o declínio da Era Vargas deu origem a um projeto democrático associado a um bismarckismo mitigado. Englobando o período pós-Segunda Guerra, essa proposta se restringe ao governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961) e se caracteriza pelo desejo de se instituir um Estado promotor e modernizador aos moldes japonês (da Era Meiji) e alemão (do governo de Otto von Bismarck). Entretanto, como Merquior reconhecia, a aplicação desse modelo levou a germinação de um grave problema inflacionário, arrastando-se até o seu período de escrita. Segundo o intelectual, a inflação

consistiu em uma alternativa para que nem o Estado, nem as classes empresariais e trabalhadoras, pagassem a conta do desenvolvimento econômico, sacrificando outros setores produtivos, a exemplo do setor agrário.

Esse período viu-se substituído pelo projeto de modernização autoritária instituído pela Ditadura Militar (1964-1985). Segundo a leitura do intelectual, ao contrário de interpretações historiográficas da época, esse projeto não se deu como resultado de uma luta de classes, mas pelo fracasso do modelo democrático populista do governo João Goulart (1961-1964).

Por fim, após a revisão da história do Brasil através de projetos de Estado e nação, Merquior estabeleceu um diagnóstico contemporâneo de sua sociedade. Para ele, as estruturas políticas nacionais representavam uma espécie de república sindicalista, caracterizada por “uma relação simbiótica entre o senhorismo capitalista e o Estado patrimonial que sempre deformou o florescimento de nosso capitalismo” (Merquior *apud* Belluzzo, 2023, p. 88).

Nesse sentido, a interpretação merquiorana dos projetos pressupõe a década de 1980 como um tempo histórico marcado por diversas continuidades. Entre elas, podem-se citar os constantes déficits democráticos, advindos do oligarquismo liberal da Primeira República e do autoritarismo do projeto varguista e militar que acabara cinco anos antes da palestra; a inflação crônica do período de Juscelino Kubitschek; e ainda, a parca condição social da sociedade, que Merquior via como uma demanda prioritária para a modernização do país.

A solução proposta pelo autor consistiu na refuncionalização do Estado brasileiro, abordada com mais profundidade nas seções anteriores. Assim, diante de um conjunto de reformas, permitir-se-ia a passagem entre um Estado produtor para promotor. Utilizando-se da expressão do filósofo francês Bertrand de Jouvenel (1903-1987), Merquior acreditava que a implementação de uma estrutura social-liberal faria com que o Estado brasileiro atuasse como um *Estado Dux*. Este denota uma estrutura que atua com liderança no processo de modernização, intervindo através de reformas nos âmbitos social, político, jurídico e econômico. Em contraposição, encontra-se o *Estado Rex*, em que o aparato estatal exerce funções semelhantes à de um árbitro, servindo-se de intervenções pontuais (Almeida, 2022). Contudo, para que isso fosse posto em prática, ao contrário das propostas liberistas e desenvolvimentistas da época, a opção social-liberal merquiorana reivindicava à máquina

estatal a responsabilidade de “liderar estratégias globais de desenvolvimento”, porém, sem cair em um intervencionismo exagerado e oposto à liberdade econômica” (Merquior *apud* Belluzzo, 2023, p. 88).

Além da execução de reformas, outro fator de suma importância para a constituição desse projeto social-liberal consistia na resolução dos déficits sociais presentes. A partir do estabelecimento de uma liderança na integração econômica do Brasil, o assim constituído *Estado Dux* deveria proteger as “imensas camadas da população brasileira que carecem de teto, que não comem apropriadamente, que não dispõem de escola e de acesso à Justiça” (Merquior *apud* Almeida, 2023. p. 245). Na conferência em questão, Merquior citou como exemplo de intervenção estatal para melhoria da questão social a necessidade de uma reforma agrária. Utilizando-se de estudos advindos do economista Ignacy Sachs, o intelectual defendeu um programa de redistribuição de terras semelhante ao *Homestead Act* (1862), aplicado pelo governo americano durante a Guerra de Secessão (1861 – 1865).

Desse modo, compreendemos que, no último ano de vida de José Guilherme Merquior, a formulação de um projeto social-liberal foi apresentada como solução para problemáticas que não se restringiam à década de 1980, mas que eram estruturais desde o momento da independência. Interpretamos essa formulação de longa duração como uma tentativa de reiterar o seu projeto como um ponto de equilíbrio alternativo entre as propostas apresentadas desde 1988. Assim, reafirma-se a posição do intelectual entre os grandes teóricos que buscaram construir uma crítica ao fenômeno patrimonialista no Brasil, como Raymundo Faoro e Simon Schwartzman. Ainda, não se pode perder de vista o horizonte metodológico desta análise, isto é, o Contextualismo Linguístico. Destarte, tomando como chave de leitura as categorias dos atos de fala, defendemos que a interpretação histórica exposta na última conferência de Merquior – a partir dos elementos como antiestatismo, combate à inflação, valorização do componente democrático e a atuação estatal na modernização e no combate às desigualdades sociais – representa a convicção do intelectual na superioridade de seu projeto social-liberal em relação às propostas disputadas por outros grupos de sua época, a exemplo dos neoliberais e dos desenvolvimentistas.

Considerações finais

No decorrer deste estudo, observou-se que a temática de uma crise do Estado brasileiro foi recorrente na escrita de José Guilherme Merquior ao longo da década de 1980. Diante da formulação de um diagnóstico que associasse a crise ao patrimonialismo e ao cartorialismo, o intelectual inseriu o seu pensamento em um conjunto delimitado de autores que compartilhavam da mesma crença, como Simon Schwartzman e Raymundo Faoro. Como solução para essa problemática, o intelectual desenvolveu um projeto político fundamentado no Liberalismo Social, ideologia que unia a defesa de uma economia capitalista liberal, porém, com forte atuação estatal na oferta de uma rede de seguridade social, fornecendo serviços como saúde e educação pública, garantia de moradia e aplicação de um programa de reforma agrária.

Ainda, não se pode perder de vista o caráter performativo dos escritos do intelectual, isto é, as intenções por trás de sua publicação em determinado contexto intelectual e linguístico. Ao formular o seu projeto social-liberal, sustentamos que Merquior pretendia oferecer uma resposta alternativa às propostas que circulavam no debate público, a exemplo dos neoliberais, dos comunitaristas e dos desenvolvimentistas distributivistas. Desse modo, a pesquisa acerca de seus escritos propiciou a análise da própria historicidade de seus textos, evitando tratar as suas ideias de maneiras filosófica e universal, mas enfatizando o seu caráter histórico ao localizá-las em espaços, tempos e debates específicos.

Referências

ABRANCHES, Sérgio. A reforma do Estado: premissas, princípios, propostas. *In: VELLOSO, João Paulo dos Reis. O leviatã ferido: a reforma do Estado brasileiro*. Rio de Janeiro, Editora José Olympio, p. 55-80, 1991.

ALMEIDA, Marco Rodrigo. A Direita Diplomática. *Folha de São Paulo*, 23 de Agosto de 2015.

ALMEIDA, Monica Piccolo. José Guilherme Merquior e Fernando Collor de Mello: o moderno liberalismo social. *In: CONGRESO INTERNACIONAL: LA ESCUELA AUSTRÍACA EN EL SIGLO XXI*, 2., Rosário, 2008. Anales [...], Rosário, 2008. p. 1-10.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. As duas últimas décadas do século XX: fim do socialismo e retomada da globalização. *In: SARAIVA, José Flávio Sombra. História das Relações Internacionais Contemporâneas: da sociedade internacional do século XIX à era da globalização* p. 256-316. São Paulo, Editora Saraiva, 2012.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. *Construtores da Nação: projetos para o Brasil, de Cairu a Merquior*. São Paulo: LVM Editora, 2022.

BELLUZZO, João Victor Fidelis. *A Opção Social-Liberal: os direitos sociais nos escritos de José Guilherme Merquior*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho, Franca, 2023.

CARVALHO, Alessandra; FREIRE, Américo. As eleições de 1989 e a democracia brasileira: atores, processos e prognósticos. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília Almeida Neves de. *O Brasil republicano vol.5: o tempo da nova república*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2018, p. 119-164.

CARVALHO, Sonia Maria de. *Merquior: Um liberal nos bosques de Academus*. Dissertação (Mestrado em Literatura, Cultura e Contemporaneidade) – Departamento de Letras do Centro de Teologia e Ciências Humanas da PUC-Rio. Rio de Janeiro, 2018.

CASARÕES, Guilherme Stolle Paixão e. As ideias de volta ao lugar: o liberalismo social encontra o outro Ocidente na obra de José Guilherme Merquior. *Revista Estudos Políticos*, v. 6, 2016, p. 322 - 341.

CASTRO, Lavínia Barros de Esperança, Frustração e Aprendizado: a História da Nova República (1985-1989). In: GIAMBIAGI, Fábio; VILLELA, André Arruda; CASTRO, Lavínia Barros de; HERMANN, Jennifer. *Economia Brasileira Contemporânea (1945-2015)*. Campus, Rio de Janeiro, p. 97-131, 2016.

CHAUÍ, Marilena. *O pensamento político e a redemocratização*. São Paulo: Lua Nova, 2007, p. 173-228.

CODATO, Adriano. A burguesia contra o Estado? Crise política, ação de classe e os rumos da transição. *Revista de Sociologia e Política*, n. 04-05, 1995, p. 55-87.

CONTI, Mário Sérgio. *Notícias do planalto*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

CUNHA, Martin Vasquez da. O Príncipe dos Sonâmbulos. *Diplomatizando*, 2020. Disponível em: <https://diplomatizando.blogspot.com/2020/03/merquior-o-principe-dos-sonaibulos-por.html>. Acesso em: 20 de out. de 2024.

FERREIRA, Jorge. *O Brasil Republicano: o tempo da Nova República*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

FONSECA, Francisco. *A Grande Imprensa e a constituição da agenda ultraliberal na “Nova República”*, Ensaios Históricos, n. 31, Rio de Janeiro, 2003.

GREMAUD, Amaury P.; VASCONCELLOS, Marco A. S. de; TONETO JÚNIOR, Rudinei. *Economia Brasileira Contemporânea*. São Paulo: Atlas, 1999.

JUDT, Tony. *Pós-Guerra: uma história da Europa desde 1945*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

JASMIN, Marcelo Gantus. História dos conceitos e teoria política e social: referências preliminares. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 20, n. 57, 2005, p. 27-38.

KRAUZE, Enrique. José Guilherme Merquior: el esgrimista liberal. *Revista Vuelta*, nº 182, p. 38-41, 1992.

LEAL, Fabiano. *Vida das ideias: Estado, mercado e democracia no pensamento de José Guilherme Merquior*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Salgado de Oliveira, Belo Horizonte, 2019.

MERQUIOR, José Guilherme. A reforma do Estado. A vida das ideias, *O Globo, O País*, 20 de agosto de 1989.

MERQUIOR, José Guilherme. Brazil's New Republic: The Social-Liberal Path. *Bulletin of Latin American Research*, v. 6, n. 2, 1987, p. 269-277.

MERQUIOR, José Guilherme. *O Argumento Liberal*. Rio de Janeiro: É Realizações, 2019.

MERQUIOR, José Guilherme. O Brasil no limiar do século 21. *Mais, Folha de São Paulo*, 2001. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs1507200107.htm>. Acesso em: 29 de jul. de 24.

MERQUIOR, José Guilherme. O senso do Estado. *In: A vida das ideias. O Globo, O País*, 24 de dezembro de 1989.

MERQUIOR, José Guilherme. Cinco males nacionais. *In: A vida das ideias, O Globo*, 03 de dezembro de 1989.

MERQUIOR, José Guilherme. Uma falsa opção. *In: A vida das ideias, O Globo*, 10 de dezembro de 1989.

ONOFRE, Gabriel. Friedrich Hayek e os Liberais Brasileiros na Transição Democrática. *Revista Crítica Histórica*, n. 10, 2014, p. 194-216.

PAIM, Antonio. *História do Liberalismo Brasileiro*. São Paulo: LVM Editora, 2018.

POCOCK, John. *Linguagens do ideário político*. São Paulo: Edusp, 2003.

PENNA, José Osvaldo de Meira. *O Espírito das Revoluções*. Rio de Janeiro: Faculdade da Cidade Ed., 1997.

PEREIRA, José Mário. O Fenômeno Merquior. *In: SILVA, Alberto da Costa e. Itamaraty na Cultura Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Francisco Alves, 2003.

RICUPERO, Rubens. José Guilherme Merquior: a diplomacia da inteligência. *In: José Guilherme Merquior, Diplomata*. Instituto de Pesquisas de Relações Internacionais, 1993.

ROSTOALDO, Jadir Peçanha. *Brasil, 1979-1989: Uma década perdida?*. (Mestrado em economia). Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas, Vitória, 2003.

SALLUM JÚNIOR, Brasília. Metamorfoses do Estado brasileiro no final do século XX. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 18, n. 52, p. 35-55, jun, 2003.

SALLUM JÚNIOR, Brasília. O governo e o impeachment de Fernando Collor de Mello. In: FERREIRA, Jorge. *O Brasil Republicano: o tempo da Nova República*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

SANTOS, Kaio Felipe. Para além do neoliberalismo e da social-democracia: uma análise do liberalismo social de José Guilherme Merquior. *Em Tese*, Florianópolis, v. 15, n. 1 (parte II), p. 129-151, mar./abr., 2018.

SENTO-SÉ, João Trajano, As Várias Cores do Socialismo Moreno. Anos 90, vol. 11, no 19/20, pp. 49-76, 2004.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: De Castelo a Tancredo 1964-1985*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

SKINNER, Quentin. Significado e interpretação na História das Ideias. Tradução de Marcus Vinícius Barbosa. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 9, n. 20, p. 358-399, jan./abr. 2017.

SKINNER, Quentin. *Liberdade antes do liberalismo*. São Paulo: Editora Unesp, 2001.

VAIA, Fábio Estivallet di. *Entre o caçador de marajás e o marajá da casa da dinda: Revista Veja e a construção e desconstrução de Collor de Mello (1989 - 1992)*, (Mestrado em História), Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.